

GEOGRAFIA E MIGRAÇÕES

Entrevista com **Hélión Póvoa Neto**, em 27/04/2001, concedida para Jones Dari Goettert* e Denise Cristina Bomtempo**
(Sala de reuniões do PPGG, FCT/ UNESP, Presidente Prudente – SP)

Denise Cristina Bomtempo: Fale um pouco sobre sua trajetória acadêmica...

Hélión Póvoa Neto: Formei-me em licenciatura e bacharelado em Geografia em 1982/1983, começando a trabalhar no ensino superior também em 1983 no Departamento de Geografia da PUC-RJ. Neste mesmo ano ingressei no mestrado na Área de Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ, com o tema envolvendo política migratória no Nordeste, sendo que minha pesquisa de campo foi realizada na SUDENE, culminando numa dissertação¹ sobre o caráter histórico da política do Estado brasileiro com relação à migração nordestina, desde o século XIX, passando pela atuação do DNOCS e chegando até a SUDENE. Trabalhei na PUC até 1991, conjugando com o ensino de 1º e 2º graus, no qual sempre acreditei muito. Lecionei no Colégio Pedro II, no Colégio de Aplicação da UFRJ e no ensino noturno estadual. Ingressei na UERJ em 1991 a partir de concurso público, saindo da PUC e do ensino de 1º e 2º graus, a partir daí aprofundando meu contato com a área de Geografia da População, mas conforme as necessidades do departamento trabalhando também com Geografia Agrária, Geografia Urbana e Teoria da Geografia. Meus interesses pessoais foram me canalizando cada vez mais para a problemática migratória, que já enfocara na monografia de conclusão de graduação e na dissertação de mestrado. Em 1992 comecei o doutorado na Universidade de São Paulo; defendi em 1998 a tese² sobre formação da mobilidade garimpeira no Brasil com destaque para o estado de Goiás. Uma tese que teve um caráter histórico, podendo ser considerada um trabalho sobre migrações e também de geografia histórica, destacando o processo de povoamento de todo o espaço da mineração colonial. Continuo atualmente trabalhando na UERJ, onde criamos no ano passado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios³, o primeiro sobre o tema no Rio de Janeiro. Buscamos, com isso, agregar as pessoas do Rio de Janeiro que estudam o tema **migrações**: se em São Paulo há o Centro de Estudos Migratórios (CEM), em Campinas o Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp (Nepo), no Rio não tínhamos nada parecido; então, é essa iniciativa de fortalecimento de contatos e interesses que estamos tentando levar para frente.

DCB: Por que, na Geografia, o teu interesse pelos estudos migratórios?

Hélión Póvoa Neto: Sempre tive um interesse pessoal pelos que ousam romper com suas referências próximas, seu quadro de vida sócio-espacial mais imediato, e buscam novos horizontes no mundo. Há, nisso, um misto de fascinação tanto pelo impulso individual que move

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente (jonesdari@hotmail.com.br).

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente (bomtempo@bol.com.br).

¹ A dissertação de Mestrado teve como Título: **Nordeste, nordestinos: questão migratória e política regional**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988.

² A tese de Doutorado teve como Título: **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

³ Contatos podem ser feitos com:

NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524, sala 4.025-D, 4º andar, bloco D

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Tel/fax: 21-25877703 e 21-25877724. E-mail:

niem_rj@yahoo.com.br

essas pessoas quanto pelas condições sociais que, ao mesmo tempo, dificultam a permanência e propiciam/estimulam a mobilidade. Acredito que a nossa sociedade é incompreensiva em relação ao quadro das migrações. Toda a convivência que temos, na contribuição de diversas culturas, é herdeira dos que nos precederam, dos migrantes, de nossos pais, avós e ancestrais mais próximos no tempo. Acho, assim, que o homem é, nas diversas sociedades, um produto das migrações, agente e também produto. Como isso sempre me chamou a atenção, acabei fazendo da migração um tema de interesse que diz respeito a um dos processos que, segundo me parece, mais revela a dinâmica do espaço geográfico. As migrações nem sempre deixam na paisagem uma marca tão clara quanto as urbanização e industrialização, por exemplo, mas acho que a fluidez, a dinâmica do espaço, estão absolutamente ligadas às migrações. Por convicção, entendo que as migrações não são apenas uma consequência das mudanças no espaço geográfico, mas representam em si mesmas uma dimensão dessas mudanças, uma condição para as mesmas. Em outras palavras, não refletem simplesmente outras mudanças, também as compõem. Não há condições geográfico-espaciais apenas provocando unidirecionalmente as migrações, pois a própria configuração do espaço é resultado dos movimentos migratórios. Daí acreditar na abrangência do tema.

Jones Dari Goettert: Nesta direção, quais os caminhos que a Geografia brasileira propõe e propõe para os estudos das migrações?

Hélio Póvoa Neto: Prefiro enfocar minha resposta não na Geografia em si, mas nas Ciências Humanas e Sociais em geral, uma vez que as contribuições vêm dos diversos campos disciplinares. Pode-se até dizer que a Geografia, das Ciências Sociais brasileiras, não é a que mais tem contribuído para o estudo das migrações, embora seja a migração um fenômeno tão claramente geográfico; mas não é exclusivo da Geografia, recebendo contribuições muito importantes das outras ciências. Penso que o fenômeno migratório (embora seja não precisamente um processo), sempre esteve numa situação bastante central nas reflexões da sociedade brasileira e dos cientistas sociais brasileiros. Em obras fundamentais para se compreender o Brasil, como por exemplo *Os Sertões* de Euclides da Cunha, na passagem para o século XX, a mobilidade das populações, a questão do sertanejo, das dificuldades de sua fixação, da sua presumida instabilidade, estiveram no centro das preocupações do autor. Se pensarmos noutros trabalhos muito marcantes na definição e na compreensão do Brasil nos anos 30 (século XX), *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo* do Caio Prado Júnior, a dimensão dos deslocamentos populacionais também está presente. De certa maneira *Raízes do Brasil* e *Casa Grande & Senzala*, buscaram mostrar como a sociedade européia, nos trópicos, no Brasil, se desdobrou e incorporou outras culturas e como o português projetou, nesse novo espaço, processos de mobilidade. Gilberto Freyre enfoca o escravo, que não é um migrante propriamente dito, mas alguém que foi desterritorializado de sua área original, num processo relacionado com a migração. Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, aborda o que chama de "mobilidade paulista", os processos de expansão populacional pelo planalto brasileiro, detendo-se nos aspectos da aventura e do trabalho neste processo. É claro, o autor vai muito além em outras obras, como *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, destacando a mobilidade como aspecto importante na História do Brasil. Na Geografia propriamente dita, temos, posteriormente, o trabalho de Pasquale Petrone sobre os aldeamentos paulistas, que é uma reflexão histórica sobre o processo de povoamento no planalto paulista. Caio Prado Júnior, que foi um historiador e também um geógrafo, dá em boa parte do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* o destaque aos processos de povoamento do Brasil, ou seja, à formação da sociedade brasileira através do povoamento. Daí em diante foram produzidas outras obras importantes para se entender o Brasil, como em Celso Furtado. Também, outros trabalhos como

que as migrações dos nordestinos para a Amazônia ajudam a mostrar que no antigo "nortão" havia uma diferenciação entre espaços de perda de população e de recepção de população. Por outro lado, os deslocamentos de nordestinos anunciam a existência de uma região que perde população, e tenho a impressão de que o conceito de nordestino antecede o de Nordeste: é a partir da chegada dos nordestinos no Rio de Janeiro, e no Sudeste em geral, que se fortalece a consciência de que existe um espaço que passa por uma série de problemas e do qual se origina toda essa população, ou seja, o Nordeste. Também entendo que o conceito de *região* toma maior importância uma vez que, hoje em dia, pode-se considerar um modelo simplificado de grandes regiões como a Centro-Sul, a Nordeste e a Amazônia, no qual se tem uma marca para cada uma dessas regiões em função do comportamento migratório.

JDG: Como a Geografia incorporou e trabalha com a noção de rede social?

Hélión Póvoa Neto: Em primeiro lugar deve-se observar que o conceito de *rede*, para além do tema das migrações, tem motivado uma série de estudos, que proliferaram nos últimos anos: sobre redes técnicas, processos de industrialização, processos de difusão do capital financeiro... As chamadas *redes técnicas* têm tido uma influência bastante forte na Geografia, no sentido de que exprimem marcas no território, no espaço geográfico. As redes associadas à migração não são tão claramente inscritas na paisagem. Mas estão inscritas nos itinerários que marcam as migrações, o que busquei analisar na pesquisa de doutorado estudando os garimpeiros. Não se consegue, hoje em dia, entender fluxos migratórios ou correntes migratórias desconsiderando os caminhos (itinerários) dos migrantes, "pavimentados" e induzidos por outros movimentos anteriores que criaram um sistema de referências reais, de vínculos sociais, os quais orientam os migrantes não só durante o processo de migração ou após, mas também antes dele. Costuma-se ver a rede social como importante quando o migrante chega ao lugar de destino, pois permite que o mesmo receba informações quanto à inserção no mercado de trabalho, à obtenção de moradia etc. Mas percebo que essa rede de informações funciona inclusive antes da migração, na medida em que as pessoas não migram, geralmente, sem ter informações prévias e até mesmo todo um apoio de um grupo familiar, um grupo comunitário mais próximo, que "investe" na migração de um determinado membro dessa comunidade. Então, acho que a idéia de rede social espacialmente distendida é muito fortemente geográfica, apontando para o fato de que o espaço geográfico tem certos elementos que não são visíveis imediatamente, como são as redes técnicas, mas que são fundamentais para se entender os movimentos populacionais.

JDG: *Penso que para os estudos migratórios tem importância, além da dimensão espacial, a dimensão temporal. Como você pensa e trabalha a relação entre ambas as dimensões, uma vez que a migração também ocorre no tempo?*

Hélión Póvoa Neto: A migração é um processo longo, distendido no tempo, que não se esgota em um único deslocamento. Talvez o mais difícil no estudo migratório seja justamente entender o não-migrante como um migrante em potencial, todo migrante como um não-migrante em potencial, na medida que a última etapa vencida pode não ter sido a última e alguém que não tenha migrado pode vir a se tornar um migrante. A partir daí surge uma questão que é de classificação: como e com quais critérios se define um migrante? Aquele que está num mesmo lugar dez, vinte ou trinta anos? Seria uma primeira geração já nascida de migrantes? É daí que surge a necessidade de se entender a sociedade como um todo, ou seja, dentro do intercruzamento de uma multiplicidade de fluxos migratórios. A migração faz parte da história pessoal de cada um, assim como faz parte da história da sociedade, mesmo para o caso de indivíduos que presentemente estão no mesmo lugar em que nasceram. Nesse sentido,

"migração" ou "migrante" são formas de classificação que aparecem muito frequentemente com o papel de situar socialmente as pessoas: o fato de se designar como migrante alguém que chegou ao lugar há quarenta anos atrás pode estar ocultando uma determinada tendência de situar essa pessoa num lugar que não necessariamente é um lugar positivo, mas um lugar que pode desvalorizá-la socialmente. Ao mesmo tempo pode-se ter pessoas que, chegadas recentemente a um lugar, migraram em condições favoráveis a elas, social, política e economicamente, fazendo com que a caracterização de migrantes seja absolutamente secundária. Parece-me que a projeção da migração ao longo do tempo vai variar de acordo com o significado social que a migração assume em cada momento, na trajetória de uma pessoa ou de uma coletividade.

DDG: O trabalho de Jean-Paul de Gaudemar⁴ parece-me bastante importante para se entender as migrações no Capitalismo. Como você entende as migrações nesse Modo de Produção e, especificamente, a partir da relação Capital/Trabalho?

Mário Póvoa Neto: Entendo que a base do trabalho de Gaudemar é a seguinte: a mobilidade espacial da população e também a mobilidade do trabalho no sentido mais preciso que ele lhe dá são devem ser entendidas como atributos naturais do homem, assim como ser um trabalhador no Capitalismo não é um atributo natural de ninguém, mas uma condição historicamente produzida. Portanto, também as formas de mobilidade do trabalho são uma criação histórica, do desenvolvimento do Capitalismo. Gaudemar sugere que a mobilidade do trabalho é a qualidade da força de trabalho que permite que ela preste a uma apropriação tão diversificada pelo capital, em termos da sua utilização no tempo e no espaço. E ele, Gaudemar, percebe uma tendência que lhe dá do trabalhador quase que um vendedor de força de trabalho em estado puro, sendo este trabalho o mais maleável, o mais flexível, o mais móvel possível. No entanto, essa análise feita na década de 70 (século XX), trata de um determinado momento da história do Capitalismo. Hoje, as condições que exigem e mantêm a mobilidade do trabalho persistem, mas o Capitalismo deixou de incorporar um crescente número de trabalhadores às suas necessidades. Gemo-se uma mobilidade espacial dos trabalhadores que não tem uma contrapartida na absorção dos mesmos no mercado. Portanto, o processo de produção da mobilidade continua existindo, mas sem exercer o mesmo papel na acumulação capitalista. Há setores da população extremamente móveis e que encontram cada vez mais dificuldades para se incluírem mesmo no processo de exploração capitalista. A análise de Gaudemar deve ser, por isso, retificada com a consideração de que, embora o Capitalismo não tenha o mesmo ritmo de absorção do trabalho (a partir de uma mobilidade produzida por ele mesmo), a condição móvel dos vendedores de força de trabalho não é inerente, não é inata, mas adquirida e produzida historicamente. E o Capitalismo, por diversas vezes, precisou e precisa apelar para a produção da mobilidade, para a produção do trabalhador flexível, para um trabalhador que tem de se dobrar às necessidades do Capitalismo. Exemplificando, poderíamos considerar a migração dos países do Terceiro Mundo para os chamados países desenvolvidos: no caso dos mexicanos nos Estados Unidos, numa sociedade onde o desenvolvimento do Capitalismo é tamanho, a princípio, os capitalistas norte-americanos não precisariam usar da estratégia de submissão de trabalhadores via controle da mobilidade, na medida em que se trata de uma sociedade plenamente desenvolvida. No entanto, encontra-se a migração clandestina dos mexicanos nos Estados Unidos, que significa uma forma de submissão extremada desse trabalhador a quaisquer que sejam as condições, devendo se adaptar às condições de trabalho que lhe são oferecidas no local, no tempo e nas condições encontradas. No sentido mesmo de como Gaudemar define a mobilidade de população, essa dimensão espacial é muito evidente no fato desse processo se dar no cruzamento ou travessia de uma fronteira de forma ilegal, que aparentemente poderia aparecer como um fracasso na tentativa de controlar a mobilidade no território do país mais poderoso do planeta no sentido

⁴ Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Afrontamento, 1976.

econômico e militar. Na verdade, não é isso que ocorre: o fato do trabalhador ter conseguido ultrapassar a fronteira de forma ilegal, clandestina, vai transformá-lo, dentro do espaço territorial norte-americano, num trabalhador que terá que se sujeitar muito mais às condições de exploração econômica do que um trabalhador se sujeitaria tendo passado a fronteira de forma legal e regular. O caráter de “deslocado” do migrante, a desespacialização, o deslocamento, a sua desterritorialização, transforma-o num objeto de exploração capitalista ainda mais frágil e submetido.

DCB: Sobre as barreiras internacionais existentes... De tentativa de controle da migração, esta tendência do impedimento deve se acentuar? Como se colocarão os países desenvolvidos frente à necessidade, também, de mão-de-obra?

Hélión Póvoa Neto: Percebo essa tendência como cada vez mais forte. As tentativas de controle são crescentemente incisivas, ao passo que a tendência desses controles serem cada vez mais burlados é também cada vez mais forte. Por quê? O agravamento das condições de pobreza em áreas de Terceiro Mundo, como por exemplo na África, que origina ainda uma das migrações mais rejeitadas, tende a aumentar a mobilidade populacional, mesmo porque não há instrumentos suficientes, nessas áreas, para controlar o movimento migratório. Em segundo lugar, mesmo com a militarização das fronteiras e o controle cada vez maior, o fato de já existirem importantes comunidades de imigrantes dentro da Europa, por exemplo, funciona como um apoio para quem está fora, na medida que os deslocamentos migratórios se dão como que “lubrificados”, facilitados pela existência de vínculos organizados em redes sociais espalhadas pelo espaço. Com isso, a existência de uma população turca importante na Alemanha torna-se uma facilitação formidável para aqueles que buscam migrar, mesmo que ilegalmente. Do ponto de vista político, isso cria expressões de um processo de reunificação familiar, uma vez que a Alemanha ainda aceita a imigração turca nos casos de reunificação. O governo alemão considera, inclusive, que isso é melhor que deixar as famílias separadas, pois familiares tentariam o ingresso ilegal e, em segundo lugar, porque o imigrado continuará remetendo o dinheiro dele para o país de origem. Por isso interessa trazer a família, interessa a reunificação familiar; é claro que, politicamente, é muito complicado, mas a pressão continua existindo. Outro aspecto não desprezível é que, se por um lado há o crescimento da extrema direita - neo-nazistas na Alemanha, a extrema direita na França, setores xenófobos mais recentes em países como a Espanha e a Itália - por outro lado há todo um setor da opinião pública que exige a questão dos direitos humanos para os imigrantes, o direito de reunificação das famílias, o respeito à diversidade cultural, como bandeiras de luta cada vez mais fortes que não se restringem às comunidades dos imigrantes, mas até nas populações européias não descendentes dos mesmos, inclusive pelo fato de que a Europa cada vez menos é um “continente branco”. Como observa Carlos Vainer, depois da colonização do Sul pelo Norte vem a “colorização” do Norte pelo Sul, sendo a Europa um continente com a composição da população já bastante modificada, portanto já mais amarelo, mais negro, mais mulato e não mais apenas um continente branco. Se por um lado isso leva à revolta de setores inconformados, por outro cria uma situação com a qual as pessoas devem conviver cada vez mais. Em função disso, a idéia da Europa multicultural é cada vez mais forte, em função do próprio perfil demográfico interno, se pensarmos que a fecundidade da população imigrante dentro da Europa é, em geral, maior que a da européia branca. Esta, pelos novos padrões familiares e sexuais vigentes, tende a ter uma razão de crescimento vegetativo baixíssima. A previsão é de que as populações italiana e espanhola, por exemplo, sofrerão uma redução considerável. Esses dois países, nos quais a aceitação de métodos de planejamento familiar foi bastante difícil até pela hegemonia da Igreja Católica, mudaram completamente seus perfis demográficos e atualmente têm uma mortalidade superior à natalidade, ou seja, não só devem aceitar a imigração como também precisam da imigração. Na

Espanha, durante a campanha eleitoral, o atual primeiro-ministro José María Aznar, coligação de direita, deixou claro que o país continuaria a precisar de imigrantes. Certamente para afastar a noção de conservador, pois o tema imigratório tornou-se absolutamente central em qualquer processo político-eleitoral na Europa. Enfim, por mais forte que seja a rejeição à imigração e os discursos de Estado, a tendência é de que as migrações se intensifiquem, fazendo da Europa um continente cada vez mais de imigrantes, um continente multicultural e multiétnico.

DCB: Não só a Europa..

Hélvio Póvoa Neto: Não só a Europa, mas também os Estados Unidos. Destaco a Europa porque, de certa maneira, no caso norte-americano, isso não é uma novidade tão expressiva: os Estados Unidos se constituíram desde o início como uma nação de imigrantes. Sabemos que a imigração nos Estados Unidos formou guetos e que a idéia do "melting-pot" é um mito: tem-se o italo-americano, o judeu-americano, o chinês-americano ou hispânico-americano. Por exemplo, não de qualquer maneira, há uma percepção do país, desde a sua origem no século XVIII, como nação construída por imigrantes. Enquanto a Europa foi, de meados do século XIX até a Segunda Grande Guerra (e mesmo, em certas áreas, um pouco depois) um continente de emigrantes. É claro que um país como a França convive, desde a primeira metade do século XX, com a imigração estrangeira, como a argelina. Mas, mesmo assim, para países como a Espanha e a Itália essa realidade de serem países de imigração é muito nova e ainda pouco familiar para seus habitantes. O assimilacionismo e a guetificação no caso norte-americano são realidades conhecidas, mas na Europa é uma verdadeira "revolução cultural" uma França, uma Alemanha, uma Inglaterra, se assumirem como "negras", como "chinesas", como "muçulmanas", como "hinduístas".

DCB: E o Japão?

Hélvio Póvoa Neto: O Japão também está sujeito a esse processo, mesmo sendo extremamente fechado. É claro que a imigração integra o processo de internacionalização das economias, não sendo uma mera decorrência dela. E afirmar que "queremos o capital do mundo todo, mas não queremos a população do mundo todo" acaba sendo de certa maneira irreal face à migração de técnicos e de trabalhadores que acabam acompanhando os movimentos do capital. Nesse sentido, acredito que o Japão encontra-se na mesma tendência da sociedade norte-americana e da sociedade ocidental, tornando-se uma importante área na recepção de migrantes. Hoje, por sinal, os brasileiros são o terceiro contingente de estrangeiros lá, perdendo apenas para os chineses e os coreanos. De qualquer maneira, cabe ressaltar que esses processos no Japão são específicos frente aos casos ocidentais, já que o peso da imigração clandestina é muito menor.

DCB: As migrações internacionais apresentam tensões e conflitos entre os migrantes e as populações locais e, ainda, entre migrantes de nacionalidades diferentes. Como você pensa, a respeito dessas tensões e conflitos, a questão da identidade e da alteridade?

Hélvio Póvoa Neto: Por um lado, a presença do imigrante numa sociedade é uma provocação constante às identidades tradicionais e uma incitação a que as pessoas aceitem os outros (outro=outro), ou seja, a alteridade. Numa sociedade de imigração esses temas estarão sempre "bochalhando", em alta pressão. A presença do outro pode, assim, levar ao reforço de identidades tradicionais como a "germanicidade", a "niponicidade" e a "francesidade",

estimuladas a assumirem formas radicais e intolerantes. A presença do outro, do estrangeiro incita muitas vezes à expressão do que existe de pior, de mais recalcado, nas identidades nacionais e étnicas. Por outro lado, a presença do estrangeiro acaba, inevitavelmente, levando a mesclas e a fusões e, com isso, à construção de novas identidades. Isso vai de encontro à ideia de que as diferenças nacionais tendem a se extinguir, como se os nacionalistas extremados tivessem mais lugar, como se estivessem encerradas as "hierarquias" nas relações entre as nacionalidades. Mas, quando aparecem os imigrantes, fica claro que as identidades estão vivas do que nunca, e que correspondem a sistemas hierárquicos entre as nações. Como são tratados os mexicanos e os franceses nos Estados Unidos, por exemplo, quando estrangeiros, percebe-se claramente que as "hierarquias" entre as nações não morreram. Assim como também se percebe diferenças acentuadas no trato entre imigrantes norte-americanos e japoneses em relação aos angolanos e bolivianos no Brasil. O imigrante de uma nacionalidade é tido como "subalterna" na ordem internacional tenderá sempre a receber um tratamento de cidadão de "segunda classe". O nacionalismo dos países mais fortes economicamente joga sempre baixo os valores dos imigrantes de outras nacionalidades que para lá se dirigem. Por outro lado, existem as surpresas e as coisas que fogem de um certo controle, acontecendo, por acaso ou não, nos países de Primeiro Mundo, a chegada de cidadãos de "segunda classe", de nações de "segunda classe", mas com um tamanho potencial de influenciar culturalmente as sociedades de recepção de imigração que pode vir a relativizar, no futuro, a ideia da "segunda classe". Dois exemplos significativos podem ser encontrados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. No primeiro caso, toda a arrogância do norte-americano branco, anglo-saxão, protestante ("WASP") precisa ser relativizada quando se percebe o papel de minorias imigrantes ou não, como os negros, os asiáticos, os latino-americanos, judaicos, do ponto de vista da formação daquilo que se chama de cultura norte-americana. Se retirarmos a contribuição dessas e de outras minorias da cultura norte-americana, o que sobra em relação ao teatro, ao cinema, à música popular, aos esportes, por exemplo? Praticamente nada. Culturas de nações e de etnias dominadas inverteram em grande medida, a lógica da dominação e passaram a figurar também como importantes naquela sociedade: claro que sujeitos à lógica da mercadoria, da produção capitalista, da indústria cultural, mas assumidos como valores dominantes. O americano mais racista certamente teria dificuldades para não considerar os jogadores negros de basquete como representantes da nação, símbolos de valorização e de orgulho nacional. Já na França, um exemplo bastante significativo da cultura islâmica (que do ponto de vista religioso está associado à intolerância e ao fanatismo), é o movimento "Rai", música popular de origem argelina (com cantores como Khaled e Cheb Mami), extremamente popular na juventude francesa, para além dos grupos de imigrantes e descendentes. Com isso, a França e outros países da Europa, recebem a enorme força da música africana: uma força que as culturas tradicionais européias parecem não mais oferecer. De certa maneira, os negros, os asiáticos e os árabes estão também "colonizando" as velhas mentes européias, dos brancos. No Japão, parece-me, há uma abertura enorme à cultura brasileira com inúmeras escolas de samba, grupos de chorinho, também bastante receptivo. Da mesma maneira, o jazz americano é também popular no Japão, sendo de se lembrar que o jazz teve origem entre os negros, ou seja, um grupo subalterno na sociedade norte-americana. Enfim, a cultura muitas vezes consegue dobrar e tecer relações outras que não as do mundo econômico. Uma coisa é considerar a cultura do Terceiro Mundo como algo exótico (a *la* Carmen Miranda dançando com bananas na cabeça), a redução da cultura a uma caricatura. Mas a força da cultura terceiro-mundista pode acabar por dobrar o orgulho e a vaidade primeiro-mundista. Se isso levará a uma mudança efetiva nas relações de poder não sabemos, mas é uma aposta na imigração como propiciadora de novas relações.

196 As questões culturais, portanto, também devem ser analisadas nos estudos migratórios...

Hélios Póvoa Neto: Sim, sem sombra de dúvida. A realidade da migração é tanto cultural quanto política e econômica.

JDG: *Como em seus trabalhos você abarca o migrante, como indivíduo, essa mulher e esse homem, teórica e metodologicamente? Como você se relaciona com ele e busca nele a compreensão da migração na qual esteve ou está envolvido?*

Hélios Póvoa Neto: Posso dizer que ainda não encontrei melhor forma do que o contato com o próprio migrante para compreender a migração. Acho que é um desafio como pesquisador. Como cientista social, entendo que temos uma visão muito arrogante da realidade, no sentido de que por vezes há a tentação de que possamos compreender os processos pelos quais aquelas pessoas passam melhor do que elas próprias, uma atitude muito comum ao intelectual. Superar isso é um desafio pessoal, que requer muita humildade e desprendimento. Além da capacidade de relativizar, enxergando que o nosso entrevistado, no caso o migrante, muitas vezes não tem uma resposta "pronta" da mesma maneira que a academia e o trabalho científico requereriam. É um processo muito difícil. Já a opção contrária, de fazer pesquisa baseando-se apenas no conhecimento já produzido, a partir de processos amplos ou gerais, seria cômoda mas muito pobre. Então, ir a campo e ter contato com indivíduos que, por um lado, são objetos da pesquisa mas, por outro, são sujeitos de sua própria vida, dos processos sociais que protagonizam, é um desafio enorme. A pesquisa que realizei em maior profundidade sobre isso, com os garimpeiros, foi uma experiência que me transformou do ponto de vista humano, na convivência com eles. Tudo isso atravessou minha atuação profissional, a minha biografia.

JDG: *Nessa direção ainda, como você tem pensado e analisado os migrantes a partir de suas memórias que incluem, também, a trajetória migratória?*

Hélios Póvoa Neto: Quem trabalha com migrante trabalha com memória. A migração não é só o processo que está ocorrendo naquele momento, mas sempre a lembrança de processos passados, uma determinada forma segundo a qual o migrante organiza as suas lembranças, conferindo um sentido à própria vida. Quando se entrevista alguém e ele se situa diante do mundo, dos lugares pelos quais já passou em termos de experiência de trabalho e experiência de vida, peripécias e itinerários que ele percorreu, ele não fornece simplesmente um conjunto de dados empíricos, até porque, como já vimos, as informações estão sujeitas a falhas, ou mesmo a distorções propositadas. Tenta-se buscar a exatidão factual-empírica daquilo que o migrante fornece, mas acima de tudo deve-se levar em consideração que se trata do que Ecléa Bosi², chama de *um trabalho da memória*, que está constantemente apresentando um sentido para a vida do narrador, dos fatos apresentados, que ele prioriza e ordena de uma certa maneira em sua fala. E isso é muito importante para se entender o processo, na medida como ele organizou e ordenou aquilo. É claro que os antropólogos fazem isso mais que os geógrafos, mas perceber os significados das lacunas é muito importante, porque não necessariamente implicam numa falha, mas podem ter um determinado sentido, o de o migrante ter eleito alguns processos, alguns momentos, como os mais relevantes para explicar sua trajetória como pessoa e como migrante. Hoje existe uma tendência de se registrar a memória de migrantes, porque toda a fala expressa a marca de um lugar. No momento, estou ainda me aventurando num trabalho nesse sentido, da memória da migração, que é bem novo para mim.

² Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, EdUSP, 1997.

JDG: Parece-me interessante, e até fundamental, buscar entender as migrações tanto a partir dos lugares de origem quanto dos lugares de destino, que não necessariamente são fixos, porque pode-se constatar vários lugares de origem e vários lugares de destino, ou ainda lugares de destino podem vir a se transformar em novos lugares de origem... Nesse sentido, como você vê a importância desses lugares (origem e destino) e como a Geografia vem se debruçando sobre isso?

Hélión Póvoa Neto: Posso começar fazendo referência ao livro de Abdelmalek Sayad⁶, no qual o autor observa como o argelino é uma *presença* muito marcante na França, mas é também uma *ausência* na Argélia, na terra natal. Uma parcela da população foi para a França, e quem não ficou vive na perspectiva de ir, uma vez que a emigração compõe quase que uma trajetória de vida “padrão” das pessoas em certas áreas. A partir de um certo momento que se atinge uma determinada idade, está diante do argelino uma certa “necessidade” da emigração, como uma etapa na vida, considerando-se alguém incompleto caso não passe por ela. Por outro lado, o argelino também é um imigrante na sociedade que o recebe e nela passa a ser o diferente, o outro, o incômodo e o estigmatizado. Dentro da trajetória migratória há as duas coisas: conciliar o ser ausente no lugar que deixou e o ser presente onde está, ou seja, o lugar a que ele “pertenceria” - onde mais não está - e o lugar a que ele “não pertenceria” - onde efetivamente está. Do ponto de vista pessoal é algo muito difícil com que se lidar. Isso me lembra uma reportagem que li há poucas semanas, em um jornal espanhol, sobre um assentamento de refugiados palestinos no sul do Líbano: o repórter entrevistou crianças e perguntou para umas delas de onde ela era, ao que ela respondeu que era da aldeia tal, lugar de origem de sua família na Palestina. Evidentemente, pela idade (em torno de 10 anos), a criança não teria nascido na Palestina uma vez que o “êxodo” dos palestinos ocorreu há aproximadamente 50 anos. E o repórter insistiu se ela não havia nascido no assentamento: a criança respondeu que sim, mas que era de tal aldeia da Palestina: “Eu nasci aqui, mas eu *sou de lá*”... Outra coisa observada pelo repórter foi que nas “portas” das tendas, provisórias, havia chaves penduradas, das casas que haviam abandonado na Palestina: eles guardam ainda hoje as chaves das casas que foram obrigados a abandonar, porque “um dia nós voltaremos”. Isso dá um pouco a dimensão do problema político que é a questão dos refugiados no Oriente Médio. Já a questão migratória em geral, mesmo nem sempre assumindo contornos tão dramáticos quanto os dos refugiados, apresenta também esse tema: o migrante é um ser dividido entre dois (ou mais) lugares.

DCB: Abdelmalek Sayad também entrevistou a filha de um imigrante argelino na França, que se via num emaranhado de conflitos com os pais e com as tradições que os eles traziam da Argélia...

Hélión Póvoa Neto: Os argelinos, mas também outros imigrantes na França e na Europa Ocidental, estão em sociedades que os “convidam” à integração, ainda que de forma subalterna e discriminados como estrangeiros. Mesmo muçulmanos, os argelinos são “convidados” a pertencerem àquela sociedade, no caso da França. Já no caso norte-americano, há o “convite” para se tornar um “hifenizado” (afro-americano, luso-americano...). É muito diferente de um campo de refugiados como o caso dos palestinos que falei há pouco: os refugiados estão segregados da sociedade libanesa. Estão naquela sociedade, mas ao mesmo tempo não estão: é um espaço de não-lugares no meio do território libanês. Uma área que não pertence a país nenhum do mundo; as pessoas que estão ali perderam sua pátria, e a característica daquele espaço é abrigar pessoas que perderam seu país. Que sociedade vai abrigar esse indivíduo? Crianças vão nascer e crescer no meio de pessoas que vão continuar dizendo que a casa delas não

⁶ A emigração, os paradigmas da alteridade. São Paulo: EdUSP, 1998.

partir
encos,
anda,
rido,
m se

qual
uma
foi
vida
uma
uma
ão, o
me, o
iliar
ele
mente
uma
de
uma
esilia
do na
E o
que
pelo
que
eram
do
za em
ados,

se se
er da

acopa
uma e
a
vite"
é um
estão
ão: é
país
quele
cluo?
não

...al, "é lá onde foi roubada pelos inimigos". Quais as chances superar o ressentimento das vítimas desse meio, frente aos embates com os israelenses? E estes últimos, como se sentem quanto aos palestinos expulsos? A violência é tanta e ambos os lados cultivam o ódio com igual intensidade... Entendo, por isso, que o tema é um dos mais candentes da atualidade, com alguns milhões de refugiados espalhados pelo mundo.

1980: Pensando um pouco sobre as migrações no e para o Brasil, gostaria que você comentasse sobre o Estado e seu papel junto aos movimentos migratórios internos e aos movimentos de migração.

Wilson Póvoa Neto: Bem, essa pergunta é um programa de estudo para todo um curso, ou toda uma vida, então a minha resposta será uma espécie de "sobrevôo" da questão... O Brasil foi povoado por degredados e por escravos em detrimento da população original. Tinha-se uma sociedade (colonial) estamental dividida entre um segmento senhorial e outro escravo, e todo um segmento intermediário que Caio Prado Júnior chamou de "desclassificados sociais", tema desenvolvido mais tarde por Laura de Melo e Souza⁷. Um grupo intermediário que foi essencial, em grande medida, pelo povoamento do território hoje definido de Brasil. Desde o período colonial, o poder constituído - a Coroa Portuguesa - teve uma atuação ambígua quanto aos "desclassificados sociais": se por um lado eram considerados "vadios" e "vagabundos" que não tinham cabedal, não tinham posses e não tinham títulos, por outro lado foram os grandes responsáveis pelo povoamento e pela descoberta de riquezas muito ambicionadas pela Coroa Portuguesa. Um exemplo básico para se entender a relação do Estado português com a mobilidade espacial da população no Brasil é o do garimpeiro. Quem era o garimpeiro? Ele surge como personagem no início do século XVIII, na região do alto vale do Jequitinhonha, onde está hoje a cidade de Diamantina, sítio da descoberta dos primeiros diamantes. O que era algo extremamente invulgar, pois considerava-se, no século XVIII, que apenas a Índia teria diamantes, sendo que no Brasil não havia esta expectativa. Inclusive muitos foram descobertos e desmontaram para serem avaliados como diamantes, uma vez que se acreditava ser outro mineral. Os primeiros registros conhecidos são de Vieira Couto, que em sua *Memória* de 1801 à Coroa Portuguesa do início do século XVIII, refere-se aos indivíduos que viviam a minerar furtivamente os diamantes escondendo-se nas *grimpas* das serras (topos). Passaram a ser por isso chamados conhecidos como *grimpeiros*, donde veio, por corruptela, a palavra garimpeiro, originária do Brasil-Colônia. O garimpeiro era, então, o que minerava diamantes (e, depois, outros minerais) furtivamente. Isso é significativo na medida em que se tem um conceito relacionado com a clandestinidade quanto à mobilidade espacial. Era aquele que extraía a riqueza mais ambicionada pelo poder colonial, mas extraía para proveito próprio, e o Brasil não era colonizado para isso... O garimpo foi assim duramente reprimido e o estigma que permanece até hoje provém muito de sua origem, de desafio ao poder estabelecido. Esse exemplo tão específico é ilustrativo de como a mobilidade espacial da população foi encarada em um contexto de desafio ao Estado. Outro momento em que a relação entre Estado e movimentos migratórios aparece nitidamente é o da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, na segunda metade do século XIX. O controle da mobilidade e da espacialidade do escravo era uma função fundamental na Colônia e no Império, pois a ordem escravocrata se confundia com a própria ordem política. O controle sobre a mobilidade do escravo era um controle sobre a sua própria pessoa, diferente do exercido sobre trabalhadores assalariados, capitalistas, que apresenta outras formas de controle. No momento da transição para o trabalho livre, na segunda metade do século XIX, uma série de medidas foram tomadas, por exemplo, a proibição do tráfico de escravos e a Lei de Terras de 1850, visando transformar a terra num bem acessível somente através da compra. Ao mesmo tempo, se iniciava a primeira experiência com imigrantes em lavouras de

⁷ *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

café, a do Senador Vergueiro, na fazenda Ibicaba, interior de São Paulo, a qual culminando numa revolta dos imigrantes. Nesse sentido, o Estado se apresenta como o responsável pela imigração para prover braços para a lavoura cafeeira e, também, povoar e garantir a produção de outras áreas que não eram utilizadas para a produção do café, como a Região Sul, garantindo a produção para o mercado interno, a defesa do território, ainda que problemática por conta da presença com estrangeiros. A vinda de imigrantes passou a ser tão valorizada que o Estado acabou delegar algumas funções para colonizações particulares, como por exemplo no Vale do Paraíba, onde Hermann Blumenau recebeu, inicialmente, quase que uma "carta branca" para organizar o núcleo colonial a seu critério. Isso era uma tentativa de se contrapor à imagem negativa projetada pelo Brasil na Europa, quanto aos maus tratos infligidos a imigrantes. No entanto, a atuação do Estado no tocante à imigração, à mobilidade de trabalhadores para as fazendas de café, pode tomar de Gaudemar uma observação importante: tratava-se de produzir o trabalho ideal e de conduzi-lo ao local requerido, impedindo que se "desviasse". Chegando a São Paulo (de onde vinham direto do porto de Santos para a Hospedaria dos Imigrantes no Brasil, conforme o Memorial do Imigrante), desembarcavam diretamente na mesma para evitar que se "perdessem" na cidade ou que fossem arrematados por contratadores para a indústria nascente do século XIX. Da Hospedaria eram levados diretamente para as fazendas de café. O Estado, portanto, acentuada preocupação com o controle da mobilidade, o que chegou, em alguns casos, à deportação de imigrantes envolvidos com as greves e o ativismo político no início do século XX, como no caso de italianos e espanhóis anarquistas. Por outro lado, existia uma preocupação com a nacionalidade: se o Brasil necessitava do trabalho dos estrangeiros, não se tinha a certeza de que estes mesmos estrangeiros defenderiam o país no caso de uma guerra. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1920 a migração interna para São Paulo passou a superar a entrada de estrangeiros, ao mesmo tempo em que se estabelecia na década seguinte uma política de controle para estrangeiros. Entrava-se então numa era de preocupação maior com a gestão da mobilidade dos trabalhadores brasileiros. Uma série de políticas foram tentadas nesse sentido, como por exemplo a política contra as secas no Nordeste (DNOCS), onde a partir dos anos 30 se organizavam frentes de trabalho e núcleos agrícolas com o objetivo declarado de "educar" o trabalhador nordestino, o retirante que não se fixava. Era brasileiro, com valores nacionais segundo a visão oficial, "indisciplinado", não tinha método, tendia ao fanatismo e ao banditismo (os anos 30 foram muito marcados pelos bandos de cangaceiros) no sertão nordestino. O DNOCS parece ter sido pouco reconhecido como instrumento de controle da mobilidade da população nordestina, pelo menos como tentativa de controle. Paralelamente, tem-se as iniciativas do Estado Novo com Getúlio Vargas, da criação das colônias agrícolas no Brasil Central (as mais conhecidas são Dourados - MS e Ceres - GO), com a chamada "Marcha Para Oeste", que tinha um poder simbólico muito grande. Tem-se, também, grandes operações de deslocamentos de migrantes internos como a Batalha da Borracha de migrantes cearenses para a Amazônia e, também, mas menos estudado que a Batalha da Borracha, a "Batalha do Garimpo", principalmente de quartzo e de mica, em Goiás, no sertão da Bahia e no norte de Minas Gerais, que foi uma dimensão importante da atuação do Estado. Nos anos 50, ainda, tem-se a construção de Brasília e a partir daí a política de ocupação da Amazônia que representará uma das grandes dimensões da migração interna. Tudo isso, para concluir que, após os anos 70 e principalmente nos anos 80 do século passado, ocorre, de certa maneira, uma crise das políticas explicitamente migratórias: o Estado renuncia a gerar, a conter e a controlar fluxos migratórios. Houve grandes projetos que provocaram êxodo e migração em massa, por exemplo as barragens (Sobradinho, Itaparica, do Alto Uruguai, Itaipu), que são políticas ligadas à energia mas que influenciaram o deslocamento de população. É claro que o Estado não perdeu o papel de controle, mas não tem mais políticas migratórias explícitas no sentido de "povoar a Amazônia", de "conter as migrações nordestinas", por exemplo. Os processos de migração no Brasil já foram tão intensos, que de certa maneira já respondem aos estímulos do mercado e do Estado, não havendo mais a

...mobilidade de produção da mobilidade, pois esta já foi, de certa maneira, produzida a um ponto que inclusive, foge a controles.

DCB: José de Souza Martins, em Exclusão Social e Novas Desigualdades (1996), coloca que o Brasil teve escravidão negra e indígena. Podemos falar, também, de uma escravidão branca?

Hélion Póvoa Neto: Sempre houve formas de *escravidão por dívida*, que ainda existe atualmente: pessoas são “contratadas” para o corte da cana e, endividadas, não podem sair da fazenda. Com o imigrante deve ter ocorrido algo semelhante, pois, vejamos: não falava a língua nacional e, portanto, não tinha acesso fácil às instituições de Estado; não era eleitor e, muitas vezes, desconhecia seu direito; além disso era, com facilidade, estigmatizado como agitador ou indisciplinado. Há registros, inclusive, de pessoas que fugiram das fazendas. José de Souza Martins menciona a escravidão por dívida nas usinas de Mato Grosso, como formas de inserção perversas no mercado de trabalho, de inclusão perversa, uma forma que difere do escravismo colonial, no qual a escravidão tinha legitimidade: “homens bons”, de bom coração, não tinham nenhum problema para si e para os outros por terem escravos, uma vez que a escravidão era uma das dimensões daquela sociedade. Hoje, ter escravos significa um ônus em termo de condenação social muito grande, por mais elitista e racista que alguém seja: não vivemos mais num sistema escravocrata, mas há denúncias de formas de exploração do trabalho que se aproximam da escravidão. É, em outras palavras, “trabalho assalariado não pago”, um contrato formal ou informal não cumprido. Portanto, com um significado social diferente do escravismo do período colonial.

DCB: O interessante é que, em entrevistas com imigrantes japoneses que vieram para o Brasil (em Álvares Machado/SP), eles afirmam que foram enganados porque foram obrigados a trabalhar como escravos e a alternativa que tinham era fugir. Com isso, pensei até que ponto isso poderia ser considerado escravidão...

Hélion Póvoa Neto: Certamente não devia ser uma escravidão com todo o *status* da escravidão africana. Por exemplo, o fazendeiro podia tratá-lo mal como a um escravo, mas não podia vendê-lo; explicitamente, isso não podia acontecer. Esses imigrantes se ressentiam em ser tratados tão mal quanto os escravos negros, pois se viam tão diferentes daqueles “sub-seres” que eram os escravos, que qualquer semelhança no tratamento era percebida como um ultraje à dignidade deles. Mas sem dúvida havia abusos contra os imigrantes, a literatura registra isso.

JDG: Quais os desafios atuais, para a Geografia brasileira, no que se refere aos estudos sobre uma “questão migratória interna”, sobre uma “questão imigratória” e sobre uma “questão emigratória”?

Hélion Póvoa Neto: Em termos da migração interna, seria um desafio buscar redefinir esta relação que sempre estabelecemos entre processos de desenvolvimento econômico e migrações internas, uma vez que sempre tendemos a ver a migração interna como que acompanhando esses processos, como uma readequação da distribuição espacial da população aos arranjos econômicos do território. E hoje sabemos que isso não é assim automático, porque a mobilidade da população não apenas reflete as mobilidades econômicas, mas representa também uma condição para que as atividades se localizem em um ou em outro lugar. Outro desafio é o de entender a pulverização de pequenos fluxos migratórios marcante hoje, quando não se percebem, tão facilmente quanto antes, grandes áreas de origem e grandes áreas de destino bem definidas, mas sim a pulverização do “peão de trecho”, do “pardal”, do itinerante, dos migrantes de retorno.

Como chegar a conclusões gerais sem cair na mera descrição dos micromovimentos, esse é um desafio. Buscar, dentro disso, a recuperação das redes sociais de migrantes já existentes e como essas redes ajudam a explicar os fluxos que ocorrem mesmo quando não seguem grandes movimentos da redistribuição espacial das atividades econômicas. E devemos considerar que ainda desconhecemos muito sobre os movimentos migratórios internos. Do ponto de vista dos movimentos imigratórios, seria necessário perceber as especificidades da "nova imigração". O Brasil está recebendo imigrantes chineses e coreanos com significativa percentagem de ilegalidade, o que é difícil de estudar por se tratar de comunidades que se defendem muito contra os "curiosos". É importante ainda, estudar "novidades" como a imigração latino-americana, com destaque para a boliviana, e também a imigração africana que não é tão volumosa quanto a latino-americana, mas que é uma realidade e que vai tornando o Brasil lugar de destino de refugiados e de imigrantes clandestinos, seguindo uma tendência internacional. Quanto à emigração, esta representa, a partir dos anos 80, um dado absolutamente novo na nossa história. Os *dekasseguis* no Japão, os *brazucas* nos Estados Unidos, os *brasiguaios* no Paraguai... Muitas pesquisas já procuram dar conta desses fenômenos, na Geografia e nas demais Ciências Sociais. Acho que seriam esses os desafios, e esperamos conseguir corresponder ao tamanho deles.

Comentários Finais: Hélio Póvoa Neto

O estudo das migrações, mesmo originando na Geografia trabalhos clássicos como os de Max. Sorre, perdeu espaço em nossa disciplina, tendo tido o seu campo crescentemente ocupado por outras disciplinas da área de Ciências Sociais, com as quais não devemos ter uma relação de concorrência, mas sim de colaboração e complementaridade. Todavia, causa espécie o quanto uma dimensão tão presente na dinâmica do espaço geográfico como a migração tem sido relegada a segundo plano por nós geógrafos. Estando a caminho de se constituir como uma das grandes questões da arena internacional, com importantes reflexos dentro do país, a questão migratória pode e deve ser considerada em sua inter-relação com outros campos de análise da Geografia, como o urbano, o agrário, o cultural... A Geografia da População, ramo da disciplina que entre nós já mereceu maiores cuidados, não pode ser vista como mera análise de dados demográficos nem, por outro lado, como simples aplicação, no plano populacional, de processos de matriz econômica. Deve ser encarada, ao contrário, como apta a fornecer diagnósticos ricos e aprofundados da dinâmica do espaço geográfico. Essa entrevista, pelo seu próprio caráter necessariamente dispersa por um número de temas que requerem encaminhamento mais cuidadoso, é apenas uma amostra de algumas das múltiplas conexões que os chamados estudos migratórios oferecem e sugerem em termos de uma percepção acurada da realidade social.

ência e
za do
ões, é
antes
ções:
a área
ônica
avel
do
ão não
er si
omas,
ções
opria
na

o de Paul Singer *Economia Política da Urbanização*. Enfim, uma série de trabalhos na qual a migração, a dimensão espacial, a mobilidade da população brasileira, estiveram no centro das reflexões. Em outras palavras, trabalhando com o espaço agrário brasileiro e com o processo de urbanização, a migração aparece mesmo que seja implicitamente, tanto a migração interna quanto a imigração estrangeira. Mais recentemente, vemos um Brasil que ainda tem uma fronteira relativamente aberta, uma fronteira em movimento. Que, tendo sido um país de migração estrangeira, e após passado um período após a 2ª Guerra Mundial (dos anos 60 até os 80) de certa forma "fechado" demograficamente, o Brasil volta a ser um país que recebe fluxos migratórios importantes e, por outro lado, torna-se um país de emigração. Enfim, estou apenas indicando como a problemática das migrações esteve presente em várias obras, da Geografia e em outras ciências, e como atualmente a realidade brasileira continua a oferecer um material muito rico para quem se dispõe a entender tais processos. Pela própria dimensão espacial do Brasil e pelo fato de ser uma sociedade ainda com diversas possibilidades *em aberto*, acho que a realidade migratória continuará a oferecer inúmeras possibilidades de transformação. Temos, portanto, um campo de estudos complexo, amplo e expressivo.

JDG: Dentro da Geografia, mais especificamente, como os estudos migratórios vem incorporando, ou não, as categorias espaço, região, território, lugar e paisagem?

Filipe Póvoa Neto: O espaço perpassa os estudos migratórios, sem dúvida. Sobre *paisagem*, o trabalho de João Batista Borges Pereira, que não é geógrafo, mas antropólogo, discute a paisagem do interior paulista e a contribuição do imigrante italiano. Já sobre as noções de *território* e *lugar*, entendo que nenhum estudo sobre migrações pode desconsiderá-las. O *lugar* pode ser entendido como porção individualizada do espaço geográfico, sendo uma das marcas do migrante na sociedade, que chega e se acomoda de uma dada maneira num determinado lugar. Essa individualidade, unicidade e não-reprodutibilidade do lugar, faz com que a migração tenha, para este migrante, um significado todo especial. Exatamente o fato de ainda existirem *lugares* (por cuja individualização e por cujos significados a Geografia tanto se interessa), explica ainda a existência das migrações, porque, se o espaço estivesse totalmente homogeneizado pelo processos de desenvolvimento capitalista, desapareceria uma razão de ser das migrações, pois o homem como trabalhador e como habitante seria indiferente frente a qualquer ponto do espaço. Sabe-se que os lugares, pelo fato de serem tão fortemente dotados de significado, são buscados com muita intensidade por pessoas que têm projetos de vida ligados a mudanças de suas vidas. De forma ilusória ou não, elas procuram determinados lugares, por isso a categoria *lugar* é muito forte nos estudos migratórios. Também a idéia de *território* me parece significativa. Atendo-me à definição bastante utilizada de Robert Sack na qual o território é uma porção do espaço sobre a qual se exerce um determinado controle em termos de quem entra nesse espaço, de quem se desloca e se movimenta no espaço: a idéia de migração está quase que explícita nessa definição. E quando se pensa, atualmente, que se tem um reforço dos territórios nacionais do ponto de vista do controle da mobilidade populacional, o *território* apresenta-se como um conceito que os estudos migratórios não podem desconsiderar, principalmente na medida em que os territórios nacionais estão tendendo a se fechar às migrações. E, mesmo no interior dos territórios nacionais, tem-se uma série de impedimentos, constrangimentos e desestímulos à migração. Já o conceito de *região* é bastante importante no sentido de definição de áreas de imigração e de emigração. Se pensarmos a formação do espaço regional brasileiro, o que definiu certas áreas como regiões foi a migração. Por exemplo, em minha dissertação de mestrado, defendi a idéia de que o conceito de nordestino é, de certa maneira, formador e constituinte do conceito de Nordeste, pois durante muito tempo não existia o Nordeste e sim a região "Norte". O conceito de Nordeste se popularizou somente a partir dos anos 20 e 30 do século XX (até o século XIX e mesmo no século XX fala-se ainda muito em "Norte"). Entendo